

Policy Brief

A Coordenação dos BRICS nos Fóruns Multilaterais



Agosto de 2012

Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



Policy Brief

A Coordenação dos BRICS nos Fóruns Multilaterais



Junho de 2012

Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS

Autores: Monica Herz; Lucas Perez Florentino; Victor Costa Velho Miranda

Colaboração: Victor Coutinho Lage; Antonio Marcos Dutra da Silva

Coordenação: Monica Herz

A Coordenação dos BRICS nos Fóruns Multilaterais

Sumário Executivo:

Desde o surgimento do grupo BRICS em 2006, observa-se um movimento progressivo de articulação e institucionalização através das cúpulas anuais, em que o grupo discute temas de interesse comum. Nos últimos anos, o grupo BRICS vem estabelecendo uma agenda de discussões que perpassam não só a esfera econômica, mas também a política, exercendo pressão no ambiente internacional e levantando questionamentos em diversos fóruns multilaterais. Neste caso, o processo de institucionalização está expresso em alguns fatores fundamentais, sendo eles a previsibilidade e periodicidade dos encontros, o investimento diplomático e logístico para realização das cúpulas anuais, os encontros a margem de reuniões internacionais e a tentativa de coordenação em algumas áreas.

Nesse sentido, este texto tem como objetivo avaliar o processo de institucionalização do grupo e a coordenação de suas políticas em fóruns multilaterais. Dessa forma, é feita uma análise da participação dos países BRICS

nos mais diversos fóruns multilaterais, com foco nas agendas políticas e econômicas. Além disso, observam-se possíveis movimentos de coordenação entre os países BRICS, através de declarações, ações convergentes e similaridades de comportamento. Os fóruns de análise são a AGNU, CSNU, AIEA, CDH, G-20, UNCTAD, FMI, OMC, COP-17 e Rio+20. Além disso, também são observados os encontros entre ministros das Relações Exteriores, ministros do Comércio, ministros da Saúde, ministro da Agricultura, entre outros encontros relevantes para a análise. Por fim, é feita uma conclusão apresentando o desenvolvimento e as limitações do processo de institucionalização, bem como uma síntese dos fóruns analisados e as possíveis contradições existentes dentro do agrupamento BRICS. Ao final do texto, encontra-se como anexo uma tabela expondo todos os encontros realizados entre os países BRICS, nas mais diversas áreas temáticas.

1. Introdução:

Quando, em 2001, o acrônimo BRIC foi criado pela Goldman Sachs para identificar economias atraentes ao investimento estrangeiro, não existiam expectativas em relação à criação de um mecanismo de articulação entre os governos de Brasil, Rússia Índia e China. Atualmente, contudo, o grupo BRICS, já incluída a África do Sul, representa uma ampla e complexa plataforma de política externa dos cinco países, a qual conta, desde sua criação em 2006,¹ com um crescente processo de institucionalização política.

Tal processo envolve, dentre outros aspectos, a promoção de encontros cada vez mais recorrentes e de diversos níveis de governo,² a inclusão da África do Sul,³ a exploração de agendas de cooperação intrabloco e a busca por coordenação em diversos assuntos internacionais. Dessa forma, o grupo BRICS assume relevância, enquanto objeto de reflexão das relações internacionais contemporâneas, por se tratar de um mecanismo político diplomático que coloca em debate diversos temas relacionados ao ordenamento internacional.⁴

Nesse sentido, ainda em sua primeira Cúpula, em 2009, a declaração conjunta do grupo BRICS (ver tabela em anexo) menciona que a economia mundial

passa por mudanças, as quais devem ser refletidas em reformas das instituições financeiras internacionais capazes de fornecer mais voz e representação a países emergentes (como os BRICS) e em desenvolvimento. O tema da mudança da ordem internacional, associado ao pleito do grupo por transformações correspondentes na governança internacional, perpassa todas as demais Cúpulas do grupo BRICS (ver tabela em anexo). Na terceira Cúpula do agrupamento BRICS, em Sanya (2011),⁵ por exemplo, está expresso na declaração conjunta que o mundo passa por amplas mudanças, complexas e profundas, marcadas, dentro outros aspectos, pelo fortalecimento da multipolaridade, da globalização econômica e da interdependência. Nesse cenário, é necessário, segundo mencionado na declaração do grupo BRICS, que haja cooperação internacional em nome de decisões internacionais coletivas, fortalecimento da governança econômica, promoção de relações internacionais mais democráticas e aumento da voz de países emergentes e em desenvolvimento.

Assim, a ordem internacional proposta pelos países BRICS ao longo de suas declarações deve ser reconhecidamente multipolar, equitativa e democrática.⁶ Em busca dessa ordem, o agrupamento afirma contribuir com a promoção da paz e da estabilidade do

mundo, o fomento do crescimento econômico, a promoção do multilateralismo e a defesa de uma maior democracia nas relações internacionais. Com isso, o compromisso com a prática do multilateralismo como forma primeira de condução do processo decisório internacional em oposição ao unilateralismo é reconhecido pelos países BRICS como um papel conjunto do agrupamento. Aliado a isso, os países BRICS reconhecem a sua importância no sentido de promover as reformas das instituições internacionais (tanto o FMI e o Banco Mundial quanto a ONU) que sejam capazes de lidar com o que consideram ser uma ordem em transformação, mais multipolar e que, portanto, deve abrir mais espaço para emergentes e países em desenvolvimento.

É possível perceber, com isso, que os países BRICS, enquanto agrupamento, também assumem relevância não apenas porque se constituem como uma ampla articulação política, mas por conferirem a si um papel no sentido de promoção de uma determinada ordem internacional. Nesse sentido, argumentamos que, por mais que o grupo BRICS conte com países que não possuiriam a capacidade material de empreender mudanças na ordem internacional, o agrupamento pode assumir relevância, na medida em que localiza o debate sobre o ordenamento internacional no plano das instituições.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as coordenações entre os países BRICS, entendidos enquanto um grupo, em fóruns multilaterais, ocorridas a partir de 2011, quando ocorreu a entrada da África do Sul no grupo. Com isso, busca-se avançar o debate sobre como e em que agendas multilaterais da política internacional os países BRICS atuaram de forma conjunta. Além disso, pretende-se perceber as implicações das coordenações entre os países BRICS para a institucionalização do grupo e para a governança internacional.

Para a análise proposta, vale ressaltar que a coordenação será analisada em temáticas que estão direta ou indiretamente relacionadas aos fóruns internacionais. Além disso, é pertinente apontar que a coordenação entre os BRICS poderá ser constatada em 3 circunstâncias. A primeira delas é quando existe uma declaração conjunta dos BRICS sobre determinada questão, revelando uma coordenação de agenda. A segunda quando existem comportamentos convergentes, cuja coordenação de tais ações foi explicitada. E por último, quando existem similaridades de comportamento, cuja coordenação de tal ação, apesar de não ter sido expressa, pode ser sinalizada a partir da análise de documentos ou outras fontes secundárias.

A primeira parte do trabalho analisa como a coordenação dos países BRICS é tratada como uma agenda política do grupo. Em segundo lugar, trata-se dos resultados concretos de movimentos de coordenação dos BRICS em fóruns multilaterais de diferentes temáticas. Por fim, são feitas algumas considerações finais, no sentido de apresentar um panorama sobre o tema da coordenação dos países BRICS nos fóruns multilaterais e analisar os possíveis reflexos dessas articulações para a institucionalização política do agrupamento e os impactos deste sobre instituições internacionais. Ao final do texto, encontra-se como anexo uma tabela na qual estão incluídos todos os encontros já realizados entre os países BRICS nas mais diversas áreas temáticas. Nestes, foram elaboradas diversas declarações conjuntas do agrupamento, além de memorandos oficiais e notas à imprensa. Em algumas reuniões informais, entretanto, não foi emitido qualquer tipo de documento. A tabela é uma importante ferramenta de consolidação de dados para analisarmos o processo de institucionalização e de coordenação do grupo BRICS.

2. A Coordenação do BRICS sob a perspectiva do agrupamento: as Declarações de Sanya (2011) e Nova Délhi (2012)

Na III Cúpula dos Chefes de Estado dos BRICS, ocorrida em 2011, na China, o grupo, em declaração conjunta (ver tabela em anexo), elege a busca pela “coordenação em questões internacionais e regionais” como objetivo conjunto de todo o agrupamento BRICS e afirma que o fato de todos os países BRICS participarem do Conselho de Segurança (CSNU) em 2011 representava uma oportunidade para se empreenderem ações conjuntas em temas da paz e da segurança internacional e para promover uma “futura” coordenação das ações no âmbito do órgão multilateral.

4. (...) alcançando abrangente consenso sobre o fortalecimento da cooperação no BRICS, bem como sobre a promoção da *coordenação* em questões internacionais e regionais de interesse comum.

(...)

9. Destacamos que a presença simultânea dos cinco países do BRICS no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 oferece valiosa oportunidade de *se trabalhar de forma conjunta e estreita sobre questões de paz e segurança*, com vistas a reforçar as abordagens *multilaterais* e a facilitar *futura coordenação* sobre temas da agenda do Conselho de Segurança da ONU. (Declaração de Sanya, 2011) (itálico adicionado ao original)

Em termos das propostas de ação acordadas em Sanya, é possível perceber uma preocupação do grupo BRICS no sentido da promoção da coordenação entre

os membros do agrupamento. O Plano de Ação de Sanya estabelece, nesse sentido, que devem ser promovidas “reuniões periódicas e informais” entre os representantes dos países BRICS em organizações internacionais situadas em Nova York e Genebra e que devem acontecer encontros de diversos níveis às margens de fóruns multilaterais relevantes: a reunião de chanceleres dos países BRICS no debate geral da Assembleia da ONU e a dos ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais no âmbito do G20 e nas reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI (ver tabela em anexo).

Em suma, é possível concluir que, ao final da III Cúpula, existe uma preocupação por parte do grupo BRICS em construir um compromisso com o fomento de movimentos de coordenação (futuros) e, acima de tudo, em criar expectativas compartilhadas entre os membros dos BRICS acerca da recorrência dessa coordenação. De acordo com a embaixadora brasileira, Maria Edileuza Reis, a III Cúpula dos BRICS representa um momento crucial para a consolidação do mecanismo, uma vez que, dentre outras razões, o grupo conseguiu avançar o pilar de coordenação entre os países BRICS em fóruns multilaterais sobre temas políticos de interesse comum.⁷

Na IV Cúpula de Chefes de Estado dos países BRICS (ver tabela em anexo), o agrupamento, na Declaração de Nova Délhi,⁸ elege a ONU como o espaço ideal para a articulação e o trabalho conjunto do grupo em temáticas multilaterais relacionadas à paz e à segurança internacionais.

Além disso, a Declaração evidencia que houve coordenação entre os países do agrupamento ao longo do ano de 2011 no contexto do CSNU. A relevância atribuída à coordenação dentro do escopo da ONU, principalmente no CSNU, é reafirmada pela ênfase no fato de que, em 2011, os países BRICS já teriam se coordenado em diversos momentos quando de sua simultânea participação no CSNU. Ou seja, busca-se mostrar que a coordenação não é apenas um projeto para interações subsequentes, como também um elemento concreto e efetivo da prática atual dos países entre si. Tais indícios, associados aos compromissos de Sanya, contribuem para o reconhecimento da existência de uma coordenação concreta entre os países BRICS dentro do espoco da ONU.

27. *Recordamos nossa coordenação no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 e sublinhamos nosso compromisso de atuar conjuntamente nas Nações Unidas, de continuar nossa cooperação e de reforçar o tratamento multilateral de temas relativos à paz e à segurança internacionais nos*

próximos anos. (Declaração de Nova Délhi, 2012) (itálico adicionado ao original)

Com relação à continuidade da busca por coordenação em fóruns multilaterais, a Declaração amplia, em relação à de Sanya, a gama de temáticas a serem articuladas conjuntamente entre os países BRICS. Dessa forma, o Plano de Ação de Nova Délhi determina uma série de encontros, reuniões e consultas entre ministros e/ou outros representantes dos países BRICS às margens dos mais diversos fóruns multilaterais. São determinadas as seguintes coordenações:

1 - Encontros de Ministros de Relações Exteriores à margem da AGNU.

2 - Encontros de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais à margem das reuniões do G20/outras reuniões multilaterais (FMI/BIRD).

3 - Encontros de autoridades financeiras e fiscais à margem de eventos multilaterais ou, quando requeridos, encontros específicos.

4 - Encontros de Ministros de Comércio à margem de eventos multilaterais, ou, quando requeridos, encontros específicos.

(...)

15 - Consultas entre as Missões Permanentes dos países do BRICS em Nova York, Viena e Genebra, quando requeridas.

16 - Encontros de consultas entre Altos Funcionários do BRICS à margem dos foros internacionais relevantes relacionados a meio ambiente e mudança do clima, quando requeridos.

É possível analisar, assim, que houve uma evolução do compromisso com a coordenação dos países BRICS entre a III e a IV Cúpula de Chefes de Estado. Nesse sentido, a Cúpula de Nova Délhi, além de ampliar as temáticas de articulação política entre os países BRICS, evidencia que existe coordenação ativa do grupo e amplia as expectativas dos BRICS e dos demais países de que, a cada fórum, se buscará um posicionamento único, coerente e coeso do agrupamento.

Fica claro, dessa forma, que o BRICS, enquanto grupo, possui um compromisso recorrente com movimentos de coordenação entre seus membros. Diante disso, cabe analisar a efetividade do grupo BRICS no sentido de se construir uma voz única e articulada nos fóruns multilaterais.

3. A Coordenação dos BRICS em fóruns multilaterais:

3.1. A Reforma Institucional da ONU

É possível observar que existe coordenação de agenda entre os países BRICS com relação à reforma da ONU, conforme expressam as duas últimas declarações conjuntas de Cúpula do agrupamento. O BRICS cobra, enquanto grupo, uma reforma que, acima de tudo,

seja capaz de garantir a continuidade do multilateralismo e de transformar a ONU em uma instância de governança cuja representatividade seja legítima o suficiente para lidar com os desafios globais.

Reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência e representatividade de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade. China e Rússia reiteram a importância que atribuem a Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais, e compreendem e apoiam sua aspiração de desempenhar papel mais protagonista nas Nações Unidas. (Declaração de Sanya, 2011 e Declaração de Nova Délhi, 2012)

Contudo, tal coordenação ainda é muito reduzida e pouco específica, além de não se converter, explicitamente, em ações conjuntas dos países BRICS dentro da ONU no sentido de promoção da reforma da instituição. Dessa forma, há uma coordenação da agenda dos países BRICS com relação à reforma, embora seu conteúdo não seja consensual. Isso porque, ao longo de 2011, não foram observadas ações articuladas do agrupamento BRICS nesse sentido.

No que concerne à reforma específica do CSNU, ponto altamente enfatizado por Brasil, Índia e África do Sul, a coordenação é igualmente abrangente. Rússia e China não expressam,

claramente, nas declarações, o apoio ao pleito dos países em busca do assento permanente, nem especificam o Conselho como o espaço específico para o desempenho do “papel mais protagonista” de Brasil, Índia e África do Sul. Para Rússia e China, os demais países BRICS devem, sim, ter maior participação e relevância na ONU. Contudo, a política externa russa e a chinesa não especificam em qual órgão da organização isso seria possível.

Com isso, é possível observar que a coordenação em torno dessa temática fica mais restrita ao espaço de discussões do IBAS do que do grupo BRICS. Na última reunião de Cúpula, “os países IBAS declararam apoio às aspirações mútuas por assentos permanentes em um Conselho de Segurança das Nações Unidas reformado”.⁹

Em suma, percebe-se que existe coordenação de agenda dos países BRICS em torno da questão da reforma da ONU, apesar de ela se manter restrita e contar com reduzida articulação dentro de fóruns internacionais específicos. Nesse sentido, vale ressaltar que tal coordenação não avançou entre 2011 e 2012, uma vez que a Declaração de Nova Délhi não traz nenhum ponto novo sobre a temática, apenas repetindo o que fora declarado em Sanya.

3.2. Agenda de Segurança Internacional

3.2.1. Conselho de Segurança da ONU (CSNU):

Conforme já apresentado, o grupo BRICS, na declaração de sua III Cúpula, elege o CSNU como o espaço propício para a articulação política dos países BRICS em nome de um posicionamento comum, devido ao fato de todos os países participarem do fórum no ano de 2011. De fato, o que se percebe, por parte do grupo BRICS, ao longo desse ano, é a existência de um movimento crescente não apenas de coordenação de agenda, mas também de articulações de comportamento em temas específicos no CSNU, principalmente no que diz respeito à agenda de segurança relativa às revoltas no Oriente Médio e no Norte da África.¹⁰

Ainda que, no caso da resolução 1973¹¹ do CSNU, não tenha havido uma convergência total do posicionamento e comportamento dos países BRICS contra a aprovação do uso de “todos os meios necessários” para a proteção dos civis na crise da Líbia (a África do Sul votou a favor da resolução, enquanto os demais BRICS se abstiveram), os países BRICS, nas reuniões posteriores, se colocaram como voz dissonante dos membros do Conselho com relação à intervenção da OTAN no país. Nesse sentido, os países BRICS foram um polo contrário à ação das potências ocidentais na Líbia e, a partir disso, começaram a se posicionar mais

firmente contra a aprovação de uma resolução similar para o caso da Síria. Em outubro de 2011, China e Rússia vetaram uma resolução do CSNU¹² que aprovava medidas mais “duras” contra o governo sírio de Bashar al-Assad. Brasil, Índia e África do Sul se abstiveram nessa votação. Esses posicionamentos sugerem uma aproximação dos países BRICS no tema.

Em termos da agenda, o grupo BRICS teve uma posição coordenada em suas declarações conjuntas, tendo defendido soluções políticas, pacíficas, multilaterais, que respeitassem a soberania e a integridade territorial e que não agravassem a violação dos direitos humanos nos países em crise.

Existem algumas evidências de que a ação dos países BRICS durante o período também contou com movimentos de coordenação para a emissão de um posicionamento conjunto e coerente do agrupamento.

Em primeiro lugar, a Declaração de Nova Délhi (2012) revela a existência de “coordenação no CSNU durante o ano de 2011”.

Em segundo, o chanceler da Rússia, Sergei Lavrov, em conferência de imprensa com a contraparte brasileira, em setembro de 2011, expressa a existência da busca constante por uma unidade de posicionamento dos países BRICS no escopo do CSNU no que diz respeito aos

A Coordenação dos BRICS nos Fóruns Multilaterais passaria a representar uma voz específica dentro do Conselho.

No caso do Brasil, a mudança de comportamento reforça, ainda mais, o argumento de que houve um movimento articulado em nome de uma unidade “BRICS” dentro do CSNU sobre os levantes árabes. Na votação do projeto europeu de resolução sobre a Síria, em setembro de 2011, a chancelaria brasileira, o Itamaraty, tendia a votar a favor do texto proposto pela Europa. Contudo, a pedido da presidente Dilma Rousseff, o voto brasileiro foi a abstenção, que ocorreu sob o argumento de ser necessário manter uma unidade de posicionamento dos países BRICS com relação à questão dentro do CSNU, um dos fóruns multilaterais com maior poder de decisão.

Em suma, é possível afirmar que houve coordenação estreita de agenda e de ação dos países BRICS no CSNU, ao longo de 2011, no que diz respeito à condução internacional das revoltas no Oriente Médio e no Norte da África.¹⁴ Nesse sentido, tal conjunto de eventos críticos das relações internacionais pode ser considerado um momento de inflexão na dinâmica de interação dos países BRICS, na medida em que permitiu uma aproximação política do agrupamento sobre sensíveis questões da segurança internacional, como as intervenções humanitárias.

acontecimentos na Líbia e na Síria à época. Dessa forma, o ministro coloca que o BRICS, enquanto grupo, buscaria, dentro do CSNU, defender propostas que garantissem a integridade territorial dos países e que impedissem a repetição na Síria do cenário ocorrido na Líbia.

Além disso, os países BRICS, ainda em setembro, à margem da Assembleia Geral da ONU, realizaram uma reunião paralela de seus ministros do Exterior (ver tabela em anexo), em que acordam pela manutenção da “unidade de posicionamento” dos BRICS sobre a questão da Síria dentro das discussões do CSNU.¹³

Por fim, mudanças de comportamento das políticas externas da África do Sul e do Brasil também são importantes indícios da existência de uma ação coordenada.

No caso da África do Sul, se, em um primeiro momento, o governo do país chegou a votar a favor de uma ação intervencionista na Líbia, em um segundo, ela passou a se alinhar recorrentemente com o posicionamento do grupo BRICS de crítica à ação militar da OTAN e de opinião distinta dos países ocidentais. Tal mudança pode ser entendida como uma forma de garantir uma posição mais unificada e coerente do BRICS enquanto um agrupamento articulado, criando, com isso, uma expectativa comum de que o grupo

A Coordenação dos BRICS nos Fóruns Multilaterais
entrada da Palestina na ONU. Segundo ele, os países BRICS deixaram claro seu apoio à Palestina, em reunião do agrupamento às margens da Assembleia (ver tabela em anexo).

Tal reunião, prevista pelo Plano de Ação de Sanya, ocorreu no dia 23 de setembro, às margens do evento, e reuniu os ministros de Relações Exteriores de seus países. Na ocasião, além de discutirem a questão palestina, os ministros reafirmaram seu posicionamento conjunto e articulado sobre a questão na Síria. Nesse sentido, a nota à imprensa do Ministério de Relações Exteriores da Rússia destaca que os ministros dos países BRICS acordaram em “manter uma *unidade* de posicionamentos” com relação à crise política na Síria dentro do âmbito do CSNU.¹⁷

Em suma, foi possível perceber que a convergência de comportamentos foi resultado da coordenação dos países BRICS sobre temas específicos tratados no debate geral da AGNU em 2011.

3.2.3. Questão nuclear iraniana e Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA):

A questão nuclear do Irã passa a ganhar destaque na agenda de negociação política do agrupamento BRICS a partir do final do ano passado, quando os vice-chanceleres dos 5 países se reuniram para

3.2.2. Debate Geral da 66ª Sessão da Assembleia Geral da ONU:

Entre os dias 21 e 27 de setembro de 2011, foi realizado o debate geral da 66ª Sessão da AGNU, que reúne, anualmente, chefes de Estado ou outros representantes de alto nível dos países membros da ONU. Tal encontro pode ser visto como uma excelente oportunidade para se acessar o posicionamento dos países com relação aos principais temas contemporâneos das relações internacionais.¹⁵ Em 2011, dentre as principais questões debatidas, estavam o pleito da adesão à ONU feito pela Palestina e as revoltas no Oriente Médio e no Norte da África.

Com relação à entrada da Palestina como membro pleno da ONU¹⁶, a coordenação entre os países BRICS é evidente. Em primeiro lugar, existe uma convergência de posicionamento dos 5 países sobre o tema: todos os líderes dos países BRICS apoiaram o ingresso da Palestina da ONU em seus discursos no debate plenário. Em segundo, tal aproximação de opinião não foi apenas um movimento coincidente, mas sim um movimento articulado entre os países do agrupamento. Nesse sentido, o ministro Antonio Patriota afirmou, em entrevista, que o Brasil estava não apenas buscando o apoio, mas também se coordenando com outros países emergentes, dentre eles os países BRICS, em uma ação a favor da

discutir a questão do Oriente Médio e do Norte da África em novembro. Além disso, a questão foi um dos tópicos de discussão da IV Cúpula dos BRICS em 2012. Das duas reuniões, são emitidos documentos conjuntos,¹⁸ que revelam apenas uma coordenação de agenda do BRICS sobre a questão nuclear iraniana.

Nesse sentido, o BRICS, enquanto agrupamento, reconhece o direito do Irã de produzir energia nuclear para uso pacífico, mas também cobra que o país assuma suas obrigações internacionais. Com relação à condução internacional da questão, o grupo BRICS emite críticas a medidas unilaterais contra o Irã e à possibilidade de escala do conflito e defende uma solução pacífica por meio do diálogo político e diplomático e do aumento das negociações entre o Irã e AIEA.

Apesar da coordenação dessa agenda, não é possível verificar a existência de ações conjuntamente articuladas entre os países BRICS sobre esse tema no âmbito da AIEA.¹⁹ Entretanto, quando realizamos uma análise individual, podemos observar que o governo russo, em conjunto com o Grupo de Viena (Estados Unidos, França, AIEA e Rússia inclusive) demandava do governo iraniano que trocasse urânio de baixo enriquecimento (3,5%) por combustível nuclear enriquecido a 20%. Nesse sentido, podemos inferir que o governo russo não apoiava as tentativas

iranianas de adquirir tecnologia de enriquecimento de urânio a altos níveis. Em grande medida, a proposta brasileira em conjunto com o governo turco é similar em relação ao posicionamento russo pelo menos em relação a uma tentativa de restringir o governo iraniano a enriquecer urânio a 20%.

3.2.3. Questão síria e Conselho de Direitos Humanos (CDH):

Em relação ao posicionamento do grupo BRICS no escopo do Conselho de Direitos Humanos, é possível observar claras divergências nos processos decisórios e nas discussões entre os países BRICS. Grande parte dessas divergências se centra nas implicações da defesa do princípio de não-intervenção em assuntos internos de Estados soberanos.

Vale ressaltar que a própria discussão em torno das questões relacionadas a direitos humanos já é controversa, uma vez que o entendimento do termo pelos países é conflitante, como se verifica nos diferentes posicionamentos dos países BRICS no caso atual da Síria.

Enquanto, por um lado, os governos chinês e russo se manifestam contrários à condenação do regime de Bashar al-Assad e da situação dos direitos humanos na Síria, por outro, os governos brasileiro e sul-africano condenam com veemência a atual situação política e dos direitos

humanos no país. A Índia, em particular, vem mantendo uma postura de abstenção nas votações que condenam o regime sírio, conjugando tal posição com a defesa da preservação dos direitos humanos.

Nos discursos russo e chinês, alega-se que as resoluções propostas no Conselho de Direitos Humanos têm um enfoque parcial contra a Síria, ou seja, a responsabilidade pelas violações de direitos humanos é associada apenas ao governo sírio e não às oposições. Nesse sentido, esse tipo de resolução dificulta um processo de reconciliação entre as partes. Além disso, em dezembro de 2011, foram aprovados mais de 60 textos sobre direitos humanos na Assembleia Geral. Nos documentos que faziam referência à Síria, todos os países BRICS se abstiveram da votação que condenava as violações dos direitos humanos no país, exceto o Brasil que manteve o posicionamento favorável de condenação ao regime.

Nas últimas resoluções aprovadas no Conselho de Direitos Humanos acerca da situação dos direitos humanos na Síria,²⁰ os governos russo e chinês mantiveram o voto contrário à condenação do regime sírio, enquanto a Índia manteve seu posicionamento de abstenção e o Brasil, uma postura favorável de condenação ao regime.²¹

3.3. Agenda de Economia Política Internacional

3.3.1. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)

Entre os dias 21 e 26 de abril de 2012, foi realizada a XIII Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), em Doha no Qatar. A Conferência se mostrou uma oportunidade para os países BRICS coordenarem suas posições, estabelecendo a UNCTAD como fórum para discussão de novas questões, restritas antes ao FMI. Dessa forma, enquanto os países BRICS buscaram se coordenar a fim de elevar o nível das discussões na UNCTAD, trazendo questões relacionadas a finanças, tecnologia e investimento, os países desenvolvidos buscaram manter as questões referentes ao tema financeiro e da dívida restritos ao FMI, restringindo a UNCTAD apenas a questões comerciais.

Ainda durante um encontro em Puerto Vallarta (ver tabela em anexo), em abril de 2012, os ministros de Comércio dos países BRICS já haviam reafirmado o papel central da UNCTAD e a necessidade do fortalecimento de suas atividades. Além disso, os países BRICS já afirmavam que buscavam investir no aprimoramento do funcionamento da UNCTAD, na construção

A Coordenação dos BRICS nos Fóruns Multilaterais principal foro para cooperação econômica internacional, facilitando a coordenação de políticas macroeconômicas.

A última Cúpula do G20 ocorreu entre os dias 18 e 19 de junho de 2012, em Los Cabos no México. A Cúpula, que reúne os 20 Estados mais ricos do mundo, se mostrou um importante espaço para que os países BRICS pressionassem por reformas na arquitetura financeira internacional.

Ainda na Cúpula de Nova Délhi, os chefes de Estado defenderam o aperfeiçoamento da arquitetura monetária e financeira, enquanto que os ministros do Comércio concordaram em coordenar suas posições na Cúpula do G20 em Los Cabos.

Em encontro informal dos chefes de Estado (ver tabela em anexo), durante o evento do G20, os países BRICS reiteraram que estão dispostos a aumentar as contribuições para o FMI com objetivo de reforçar a quantidade de recursos disponíveis para os países em crise. A coordenação entre os países é movida pelo desejo de que seja concluída a Reforma de Governança e Cota do FMI, acordada em 2010, aumentando a participação e o poder de voto dos países emergentes. Desta forma, a concretização de um aporte adicional de recursos está condicionada a dois critérios: (1) estes só poderão ser utilizados após serem utilizados todos os recursos já aportados para o FMI e; (2) os acordos de reforma discutido em 2010

de consensos, na cooperação técnica e pesquisa.

Segundo o porta-voz da XIII UNCTAD, Taffere Tesfachew, “o papel que os ministros dos países BRICS cumpriram foi determinante para que o documento aprovado para a UNCTAD abarcasse finanças, tecnologia, investimento”.²² A partir do resultado da Conferência fica claro o desenvolvimento da coordenação entre os países BRICS, já anunciada no comunicado conjunto dos ministros do Comércio dos BRICS (ver tabela em anexo) durante a Cúpula de Nova Délhi. Sendo assim, observa-se que há um movimento de coordenação, explicitado pela declaração conjunta dos ministros do Comércio tencionando para uma coordenação durante a XIII Conferência da UNCTAD. Além disso, ainda que não haja uma declaração dos BRICS após a Conferência corroborando que houve uma coordenação, é possível inferir que os discursos proferidos durante os debates tencionaram para o mesmo sentido, como previsto na declaração conjunta dos ministros do Comércio em Nova Délhi²³ e em Puerto Vallarta.²⁴

3.3.2. G20 Financeiro e Fundo Monetário Internacional

No que diz respeito ao G20, os países BRICS acreditam que este é o

sobre as quotas dentro do FMI devem ser cumpridos.²⁵ Os países BRICS reivindicam a proporcionalidade da participação com o atual PIB internacional, de forma que reflita os pesos econômicos e amplie a voz e representação dos mercados emergentes e países em desenvolvimento. Para tal, se posicionam conjuntamente em defesa de uma instituição mais representativa que corresponda ao atual cenário internacional.

Segundo o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, os países BRICS também concordaram em iniciar um processo de criação de um fundo de reservas internacionais com a possibilidade de assinatura do acordo de *swap* (troca de moedas) entre os países do grupo. O ministro enfatiza que os países BRICS estão fortalecendo sua estrutura financeira, além de lembrar que este é um fundo importante para confiança, pois cria uma solidariedade financeira entre os países do grupo, tornando-os mais seguros e mais fortes.²⁶ Ainda nas discussões do G20, os países BRICS relembram a necessidade de aumentar os recursos dos bancos multilaterais de desenvolvimento, direcionando-os para investimento em infraestrutura e projetos sociais nos países em desenvolvimento.²⁷

Desta forma, no caso do G20, há dois movimentos de coordenação: (1) declaração conjunta dos ministros do Comércio, em Nova Délhi, concordando em

coordenar suas posições na Cúpula e; (2) posicionamento convergente dos países em diversas questões, explicitadas pelos próprios governos. Sendo assim, o G20 se mostra um espaço que os países BRICS vem utilizando para coordenarem suas posições e consequentemente terem a voz necessária para pressionarem por mudanças na arquitetura institucional econômica e financeira internacionais.

3.3.3. Organização Mundial do Comércio (OMC) e Rodada Doha

Nas discussões em nível da OMC, os países BRICS enfatizaram, em Nova Délhi, a importância de resistir ao protecionismo em todas as suas formas e promover o comércio internacional, respeitando a OMC como espaço político para que os países em desenvolvimento possam prosseguir com seus objetivos de crescimento, desenvolvimento e estabilidade. Apesar dos extensos debates dentro da OMC, é possível observar pontos de convergência entre os BRICS no que diz respeito aos princípios defendidos e às críticas a práticas protecionistas dos países desenvolvidos.

Também na Cúpula de Nova Délhi, os ministros do Comércio emitiram um comunicado conjunto em que expressam o desejo de explorar resultados em áreas específicas onde é possível o progresso.

A Coordenação dos BRICS nos Fóruns Multilaterais mudança climática e a do desenvolvimento sustentável, que foram objetos de 2 conferências recentemente, a COP-17 e a Rio+20, respectivamente.

Em termos da agenda ambiental como um todo, é possível afirmar que o grupo BRICS coordena sua agenda no sentido de defender o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” (RCPD) como base para as negociações internacionais para o meio ambiente e cobrar dos países desenvolvidos o financiamento para uma economia mais sustentável, conforme é apresentado na Declaração de Nova Délhi.

No contexto específico da COP-17, ocorrida no ano passado em Durban, não é possível afirmar que houve coordenação de agenda ou de ação do BRICS enquanto grupo. Isso porque, dentre outras razões, a Rússia, ao final da conferência, se retirou do Protocolo de Kyoto contrariando a posição dos demais BRICS. Nesse sentido, a articulação política ficou mais concentrada entre Brasil, Índia, China e África do Sul, que juntos formam o BASIC, grupo de negociações para o tema específico do meio ambiente. O BASIC, antes da reunião, emitiu um relatório em que, além de defenderem o princípio das RCPD, pediam por um segundo período de comprometimento do Protocolo de Kyoto e por apoio financeiro dos países desenvolvidos aos países em

Os ministros defendem que as negociações sobre todos os componentes da Rodada Doha sejam consistentes com os mandatos existentes. Além disso, enfatizam a necessidade de concluir a Rodada Doha e continuar os esforços para que seja alcançado algum resultado. Para isso, condenam práticas plurilaterais e defendem os princípios de transparência, inclusão e multilateralismo. Os países BRICS criticam as medidas protecionistas dos países desenvolvidos principalmente no setor agrícola, alertando para riscos de segurança alimentar em países que ficam à margem do comércio global.

É importante ressaltar que a Rússia, na época, não era membro da OMC, entretanto, na Declaração de Nova Délhi, já era mencionado o desejo do governo russo em participar de forma ativa e construtiva, junto aos outros países BRICS, para conclusão da Rodada Doha.

A OMC se mostra um espaço em que a articulação dos BRICS vem sendo fundamental para a tentativa de conclusão da Rodada Doha, sendo evidenciada por comunicados conjuntos, como a Declaração de Nova Délhi.

3.4. Agenda Ambiental: COP-17 e Rio+20

A agenda internacional de meio ambiente pode ser sintetizada, basicamente, em 2 principais áreas: a da

desenvolvimento. Além dessa coordenação de agenda, pode-se dizer que houve certa convergência articulada de comportamento na negociação, uma vez que, por meio da intermediação brasileira, China e Índia, considerando a cooperação do BASIC, mudaram suas retóricas mais firmes, permitindo, assim, a assinatura da Plataforma de Durban, documento final vinculante da conferência.²⁸

Com relação ao desenvolvimento sustentável, é possível afirmar que houve uma evolução da coordenação da agenda dos países BRICS entre as duas últimas cúpulas. Ainda que em Sanya, Rússia, Índia, China e África do Sul concordem em trabalhar com o Brasil para um resultado político satisfatório da Rio+20, é em Nova Délhi que a posição do grupo BRICS sobre o desenvolvimento sustentável ganha mais clareza. Nesse sentido, ao final da IV Cúpula, os países, além de aprofundarem o compromisso com busca por cooperação com o Brasil ao longo da Rio+20, expressam que a promoção do desenvolvimento sustentável deve estar em conformidade com o princípio das RCPD e com os documentos-finais da Eco-92 e da Rio+10.

Além dessa coordenação de agenda, o negociador-chefe do Brasil na Rio+20, André Correa do Lago, afirma que os países em desenvolvimento, como a China e o Brasil desempenharam um papel

importante para se conseguir consensos na conferência. Ainda segundo o negociador, tais consensos foram obtidos em virtude de consultas intensas, adicionando que as discussões no escopo do BASIC tornaram-se mais frequentes às vésperas da Rio+20.²⁹ Tais informações podem ser consideradas indícios de que existe, nesse sentido, uma tendência a movimentos de articulação de comportamento entre Brasil, Índia, China e África do Sul e que, na Rio+20, tenha ocorrido uma coordenação de ação entre esses países (e demais países em desenvolvimento).

Em suma, é possível identificar uma coordenação de agenda entre os países BRICS na temática ambiental. Em termos de uma articulação conjunta de comportamento em fóruns sobre negociações específicas, percebe-se que ele fica restrito mais ao escopo do BASIC do que do grupo BRICS. Cabe questionar, nesse sentido, se a ausência de uma convergência articulada de comportamento no nível do agrupamento BRICS na temática ambiental não está relacionada à certa relutância da Rússia, que, além de ter se retirado de Kyoto após a COP-17, é um país com grande matriz energética baseada em combustíveis fósseis poluidores do meio ambiente.

4. Conclusões:

4.1. Fortalecimento e limites da institucionalização política do BRICS

De forma geral, a coordenação observada nos fóruns multilaterais já pode ser considerada como um elemento existente e relevante na institucionalidade do grupo BRICS. Além de o agrupamento colocar a coordenação como um objetivo recorrente ao longo das Cúpulas e promover a convergência de posicionamento em cada vez mais temáticas, os países BRICS já apresentam comportamentos conjuntos que são, comprovadamente, articulados entre as chancelarias dos países.

Como exemplo é possível mencionar casos como do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia em que o ministro, Sergei Lavrov, expressa sua “satisfação com o alto nível de interação dos países BRICS no escopo da ONU, caracterizada para coincidência e proximidade de posicionamento em uma grande gama de questões da agenda internacional.” Este exemplo ilustra uma prática, exercida principalmente pelos governos brasileiro e russo, de reiterar a importância do agrupamento BRICS elevando o nível de articulação e coordenação dos países. Embora, na prática, cada país atribua graus variados de importância ao grupo, além de serem observadas diversas contradições entre os posicionamentos dos países.

Além disso, outro fator analisado que aponta o crescente processo de institucionalização do grupo é a periodicidade dos encontros que são estipulados nos Planos de Ação ao final das Cúpulas Anuais dos BRICS e durante outras reuniões. É importante ressaltar que a própria iniciativa dos encontros e todo o investimento diplomático e logístico neles envolvido já são evidências do processo de institucionalização. Desde 2006, já foram realizados mais de 50 encontros oficiais e diversas declarações conjuntas foram emitidas. Como exemplo, vale ressaltar que já em 2007, em reunião ministerial, foi acordado que os chanceleres dos países BRIC (a África do Sul ainda não fazia parte do agrupamento) iriam se reunir todos os anos, à margem da abertura da Assembleia Geral da ONU.³⁰ Nesse sentido, é também importante considerar que ao final de cada Cúpula do grupo BRICS está expresso nas declarações o compromisso de uma nova cúpula no ano seguinte. Este compromisso corrobora mais uma vez com a lógica de uma gradual institucionalização do grupo através da periodicidade de encontros. Nesse sentido, são a partir desses encontros, nas cúpulas anuais e à margem de reuniões internacionais, que os países BRICS buscam coordenar políticas e estreitar laços nas mais diversas temáticas.

A coordenação, quando constatada, pode ser considerada como mais uma das

dimensões do processo de institucionalização política do agrupamento, uma vez que ela revela não apenas os pontos em comum existentes entre os países BRICS em temáticas internacionais, mas, acima de tudo, as situações em que a articulação de comportamento no escopo do agrupamento BRICS assume relevância para as políticas externas dos países em fóruns internacionais. Foi possível perceber, assim, que há um aumento da expectativa coletiva por parte dos BRICS e dos demais países com relação não apenas ao posicionamento conjunto dos 5 países, mas também quanto à possibilidade de haver um comportamento unificado, conjunto e articulado deles em determinadas circunstâncias. Por outro lado, ainda que possa ser observado um processo gradativo de coordenação em diferentes temáticas, ainda é possível observar uma contradição entre a retórica e a posição dos países BRICS. Ainda que o agrupamento venha adquirindo crescente grau de institucionalização, cada país lhe atribui, até o momento, diferentes graus de relevância.

Nesse sentido, procura-se ressaltar os casos em que foi possível perceber, claramente, um comportamento conjuntamente articulado do BRICS. Tais casos permitem explicitar em que fórum, circunstância e temas pode haver uma ação do BRICS enquanto grupo. Dessa forma, deixa-se mais claro em que situações os

países tomam ações de política externa, nos fóruns multilaterais, orientados pela sua identidade enquanto “agrupamento BRICS”. Tal nível de institucionalização política é perceptível, principalmente, na participação do BRICS frente à condução internacionais das crises políticas e humanitárias no Oriente Médio e no Norte da África (2010-2012) e às discussões sobre a reforma do FMI no G20.

Esse fortalecimento da institucionalização do agrupamento não permite concluir, no entanto, que sua coordenação se dá de maneira irrestrita. Uma análise detida dessa coordenação permite perceber em que fóruns, circunstâncias ou temáticas existe uma tensão entre os países BRICS que a limita ou mesmo a impede.

Nos casos analisados, ficou claro que Rússia e China ainda possuem ressalvas em coordenar com Brasil, Índia e África do Sul o apoio à inclusão destes como membros permanentes no CSNU, ainda que coordenem suas agendas no sentido de uma reforma ampla da ONU como um todo, em que esses três países tenham um papel protagonista. Alguns autores argumentam que as diferenças das capacidades militares entre os países pleiteadores em relação aos membros permanentes são uma das razões que poderiam explicar a ausência de uma coordenação mais forte dos países BRICS

sobre essa agenda.³¹ Os limites da coordenação entre os cinco BRICS também são perceptíveis na temática ambiental, uma vez que existe uma tendência de que as negociações sobre o clima fiquem mais restritas ao nível do BASIC, ainda que haja coordenação entre os BRICS com relação aos princípios orientadores de tais negociações, eminentemente o das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. No geral, o que é possível, observar, em muitos casos, é a utilização do grupo como plataforma política e mecanismo para pressionar por uma reforma do sistema político e econômico internacional. Entretanto, em diversas temáticas ainda não há convergência de opinião sobre a forma a qual essa reforma deve ocorrer. Nesse sentido, observa-se as contradições e, a coordenação, muitas vezes é explicitada apenas em princípios, não atingindo o campo prático.

Em suma, é possível concluir que, se por um lado, há um fortalecimento claro da institucionalidade “BRICS”, por outro, esse processo ainda está em curso e exigirá esforço de negociação por parte das políticas externas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no sentido de aparar as arestas existentes entre os cinco países em determinadas situações para ampliar, fortalecer ou manter a coordenação.

4.2. Coordenação dos BRICS e ordem internacional:

Além dos efeitos da coordenação sobre a institucionalização do agrupamento, é possível elaborar algumas reflexões acerca das motivações que orientam tais movimentos de coordenação dos países BRICS e como isso se relaciona com as propostas básicas do grupo em busca de uma ordem internacional multipolar, baseada no respeito ao princípio tradicional da soberania do Estado. A defesa desse princípio é, para os BRICS, o que garante maior democratização do sistema internacional.

Com relação à temática da reforma da ONU, a relação entre movimento de coordenação e propostas para o ordenamento internacional é evidente, na medida em que a promoção de tal reforma institucional é colocada pelo grupo BRICS como um objetivo do agrupamento com vistas à democratização das relações internacionais e à adequação das instituições internacionais ao que reconhece como uma transformação na ordem internacional rumo à multipolaridade. A reforma, portanto, contribuiria para fortalecer a voz e a participação de países emergentes e em desenvolvimento nas instituições de governança internacional.

Nas questões relacionadas à segurança internacional, percebe-se que a coordenação dos BRICS esteve orientada,

em grande parte, pelo compromisso do grupo com o multilateralismo como a forma mais adequada de condução do processo decisório internacional. No caso da Líbia, por exemplo, os BRICS cobravam para que as ações empreendidas pela OTAN estivessem em pleno acordo com as decisões acordadas multilateralmente no CSNU e, no da Síria, buscaram bloquear ações que representassem dissonâncias na comunidade internacional e, portanto, não fossem acordos efetivamente multilaterais.

Na questão nuclear iraniana também é possível perceber o argumento multilateral dos países BRICS à medida que o grupo se opõe a medidas unilaterais contra o Irã. Nessa questão, também fica clara a defesa de uma ordem internacional baseada no princípio da igualdade de soberania estatal, uma vez que, para os países BRICS, o Irã, assim como todos os países, poderia fazer uso pacífico da energia nuclear.

Vale ressaltar, além disso, que, na agenda de segurança, o comportamento do agrupamento BRICS esteve muito orientado por princípios como o respeito à soberania e à integridade territorial, a busca pela resolução pacífica dos conflitos e a restrição do uso da força internacionalmente. Tais princípios também estão na base do modelo de ordem internacional pretendido pelo agrupamento.

Na esfera econômica, a coordenação dos países BRICS pode ser relacionada à busca do agrupamento em colocar em debate a legitimidade de instituições internacionais diante de, segundo eles, uma ordem internacional multipolar. A busca por maior representatividade, em defesa do multilateralismo, inclusão e transparência, vem sendo colocada como a bandeira dos países BRICS em defesa de reformas na arquitetura financeira internacional. Observa-se que os movimentos de coordenação tem recebido uma maior visibilidade devido aos resultados obtidos nas instituições analisadas. Desta forma, os países BRICS buscam, através de fóruns multilaterais, propor diversas reformas que, segundo eles, deveriam espelhar o atual cenário e o peso econômico que os países emergentes têm. Segundo a embaixadora brasileira, Maria Edileuza Fontenele Reis, “os líderes desses países se comprometeram a avançar na reforma das instituições financeiras internacionais, de maneira a refletir as mudanças na economia global, e afirmaram a percepção de que os países emergentes e em desenvolvimento deveriam ter mais voz e representação naquelas instituições”.³²

Na agenda ambiental também é possível relacionar a coordenação dos países BRICS com a sua proposta de ordem internacional equitativa. Isso porque,

na base do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, defendido pelo grupo, está o direito que todos os países têm o desenvolvimento.

Portanto, conclui-se que os movimentos de coordenação dos países BRICS nos fóruns multilaterais não apenas representam o fortalecimento do processo de institucionalização política do grupo, mas também que eles estão baseados em propostas específicas do grupo BRICS com relação ao ordenamento internacional. Nesses movimentos de coordenação, sejam de agenda ou de ação, é possível a

defesa relativamente coerente dos países BRICS de uma ordem internacional multipolar, equitativa e democrática.

Se a coordenação dos países BRICS já se faz evidente em diversos fóruns, circunstâncias e temáticas internacionais, mas, ao mesmo tempo, a institucionalização política do grupo ainda está em curso, cabe dar prosseguimento ao estudo da atuação coordenada do grupo BRICS na política internacional e nas agendas multilaterais para se acessar seus possíveis resultados sobre os rumos do ordenamento internacional.

5. Anexo

Encontro	Data	Local	Agenda (principais temas)	Principais Resultados	Fonte
Reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS à margem da 67ª Sessão da Assembleia	26/09/2012	Nova York	Crise na Síria	Comunicado Conjunto	< http://www.italy.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/reuniao-dos-ministros-de-relacoes-exteriores-do-brics-a-margem-da-67a-sessao-da-

Geral das Nações Unidas					assembleia-geral-das-nacoes-unidas-declaracao-a-imprensa-nova-york-26-de-setembro-de-2012>
Segunda reunião do Grupo de Trabalho de peritos em agricultura	28/08/2012	Nova Délhi			
Encontro de peritos em produtos agrícolas e segurança alimentar	27/08/2012	Nova Délhi			
I Reunião do GT sobre o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, na sede do BNDES	15-16/08/2012	Rio de Janeiro			
Segunda Reunião de Chefes de Estado e de Governo do BRICS à	18/06/2012	Los Cabos	Reforma FMI, Governança Econômica		< http://blog.planalto.gov.br/brics-pedem-mais-investimentos-em-paises-em

margem da Cúpula do G-20					desenvolvimento/
Reunião BRICS à margem do III Encontro Internacional de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança	6-8/06/2012	São Petersburgo			
Encontro de Ministros da Saúde do BRICS, às margens da 65ª Assembleia Mundial da Saúde	22/05/2012	Genebra, Suíça	Cooperação no combate e tratamento de doenças; Reforma da OMS	Declaração Conjunta	< http://www.bricsindia.in/genevaMeeting.html >
Encontro de Ministros do Comércio	19/04/2012	Puerto Vallarta, México	Comércio; Desenvolvimento; Instituições financeiras; G20; UNCTAD		< http://www.bricsindia.in/trademinister-statement.html >
IV Cúpula do BRICS	29/03/2012	Nova Délhi, Índia	Reforma Econômica, Conflitos, Desenvolvimento, entre	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html >

			outros temas		>
Encontro de Ministros do Comércio do BRICS	28/03/2012	Nova Délhi, Índia	Cooperação na OMC, UNCTAD e G20; Discussões sobre a Rodada Doha	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/120328-trade.html >
Encontros de Presidentes dos bancos de desenvolvimento do BRICS	28/03/2012	Nova Délhi, Índia			
Fórum Financeiro do BRIC	28/03/2012	Nova Délhi, Índia	Reforma das instituições financeiras; Cooperação	Declaração Conjunta	< http://www.brazilindia.com/bricstatement.pdf >
Segunda reunião do Grupo de Contato sobre Temas Econômicos e Comerciais (GCTEC) do BRICS	06-07/03/2012	Nova Délhi, Índia			
Reunião paralela do BRICS, no âmbito da III Conferência de Presidentes	25/02/2012	Riade, Arábia Saudita			

de Parlamento dos Países do G-20					
Encontro dos Ministros das Finanças do BRICS à margem de reunião do G-20	25/02/2012	Cidade do México, México			
Encontro entre técnicos dos Bancos de Desenvolvimento do BRICS	15-16/02/2012	Kumarakom, Kerala, Índia			
Reunião informal do BRICS durante a 130ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde	19/01/2012	Genebra, Suíça			
Encontro de Ministros do Comércio do BRICS, à	14/12/2011	Genebra,	Desenvolvimento da agenda da Rodada Doha; Entrada da Rússia na	Declaração	< http://www.brics.utoronto.ca/do

margem da 8ª Conferência Ministerial da OMC		Suíça	OMC; Importância da OMC; Crítica ao protecionismo	Conjunta	cs/111214-trade.html>
Encontro para discutir o estabelecimento do Grupo de Contato para Assuntos Econômicos e Comerciais do BRICS	02/12/2011	Pequim, China			
Conferência de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS	02-03/12/2011	Sanya, China			
Reunião de Vice-Ministros de Relações Exteriores do BRICS sobre a situação no Oriente Médio e no Norte da África	24/11/2011	Moscou, Rússia	Papel do CSNU para manutenção da segurança e da paz; Resolução da crise na Síria; Situação na Líbia; Situação no Golfo Pérsico;	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/111124-foreign.html >

			Conflito Israel- Palestina		
Reunião de Chefes de Estado e de Governo do BRICS à margem da Cúpula do G- 20	03/11/2011	Cannes, França			
II Reunião dos Ministros de Agricultura e do Desenvolvime nto Agrário do BRICS	30/10/2011	Chengdu, China	Cooperação com G20, FAO, entre outros órgãos; Segurança Alimentar; Mudanças Climáticas	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/111030-agriculture.html >
III Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRICS	25/09/2011	Pequim, China			
VI Reunião de Chanceleres em paralelo à 66ª AGNU	23/09/2011	Nova York, Estados Unidos	Situação na Síria e na Líbia; Intensificaçã o da cooperação		< http://www.brics.utoronto.ca/docs/110923-foreign.html >
Reunião dos Ministros e Presidentes			Reforma do FMI; Papel dos bancos		

de Bancos Centrais dos BRICS, à margem da Reunião Anual do FMI e BIRD	22/09/2011	Washington, Estados Unidos	de desenvolvimento multilaterais; Plano de Ação do G-20 em Cannes	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/110922-finance.html >
Encontro de Ministros da Saúde do BRICS, à margem do “UN High Level Meeting on Non-communicable Diseases”	20/09/2011	Nova York, Estados Unidos	Prevenção e controle de doenças não-transmissíveis		
Reunião de Altos Funcionários do grupo BRICS na área de ciência, tecnologia e inovação	15/09/2011	Dalian, China	Ciência, Tecnologia e Inovação		
Encontro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Agricultura do BRICS	03-06/08/2011	Pequim, China	Agricultura;		

Reunião de Ministros da Saúde do BRICS	11/07/2011	Pequim, China	Cooperação na área de saúde pública; Relação com a OMS; Temáticas específicas como HIV/AIDS	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/110711-health.html >
Encontro dos Presidentes dos Bancos de Encontro dos Presidentes dos Bancos de Desenvolvimento do BRICS, à margem do XV Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo	17/06/2011	São Petersburgo, Rússia			
Encontro dos chefes de delegação dos países do BRICS, à margem da II Cúpula do G20	19/05/2011	Seul, Coreia do Sul			

Parlamentar					
Reunião de Cidades-Parceiras do BRIC	18/05/2011	Quigdao, China			
Encontro de Ministros da Saúde do BRICS, à margem da 64ª Assembleia Mundial da Saúde	17/05/2011	Genebra, Suíça	Cooperação; Saúde pública; Combate HIV/AIDS; Reforma OMS;		< http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalleNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=12631 >
III Cúpula do BRICS	14/04/2011	Sanya, China	Reforma Econômica; Conflitos; Desenvolvimento, entre outros temas	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/110414-leaders.html >
Fórum Financeiros dos BRICS	13-14/04/2011	Sanya, China	Rodada Doha; G20; Cooperação;	Declaração Conjunta	< http://www.mid.ru/brics.nsf/WEBdeloBric/B559E1995A4BFD3BC32578DC0040F93 >
Encontro dos bancos de desenvolvimento dos BRICS	13/04/2011	Sanya, China			
Reunião dos Ministros de Comércio do	13/04/2011	Sanya, China			

BRICS					
Encontro dos Ministros das Finanças do BRICS à margem de reunião do G-20	19/02/2011	Paris, França			
II Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC	29/11-01/12/2010	Rio de Janeiro, Brasil			
Reunião de representantes dos bancos de desenvolvimento do BRIC	11-12/10/2010	Londres, Reino Unido			
Reunião do BRIC à margem do Encontro Internacional de Funcionários de Alto Nível Responsáveis por Assuntos de Segurança	05-06/10/2010	Sochi, Rússia			
V Reunião Ministerial do BRIC à margem da		Nova York,	Cooperação entre BRICS e outros países em		< http://www.brics.utoronto.ca/do

65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	21/09/2010	Estados Unidos	desenvolvimento no pós-crise; Agenda da 65ª da AGNU;		cs/100921-foreign.html>
II Cúpula do BRIC	15/04/2010	Brasília, Brasil	Reforma Econômica; Desenvolvimento, entre outros temas;	Declaração Conjunta	<http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html>
Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança	15/04/2010	Brasília, Brasil			
Encontro de Bancos de Desenvolvimento do BRIC	13/04/2010	Rio de Janeiro, Brasil	Cooperação; Compartilhamento de informação;	Memorando de Cooperação	<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emissos-por-altas-autoridades/memorando-on-cooperation-among-development-banks-of-bric-countries/view>
Encontro de Sherpas do	13/04/2010	Brasília,			

BRIC		Brasil			
Encontro de Ministros da Agricultura do BRIC	26/03/2010	Moscou, Rússia	Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas; Cooperação tecnológica e inovação;	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/100326-agriculture.html >
I Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC, à margem de reunião do Comitê Estatístico da ONU	22/02/2010	Nova York, Estados Unidos			
Reunião de "sherpas financeiros" em paralelo ao encontro do G-20	14/01/2010	Cidade do México, México			
Reunião ministerial de coordenação do BRIC preparatória para a Assembleia Anual do FMI e do Banco Mundial	06-07/10/2009	Istambul, Turquia			

Reunião de Ministros da Fazenda do BRIC na Cúpula do G-20 Financeiro	24-25/09/2009	Pittsburgh, Estado Unidos			
Reunião Ministerial do BRIC à margem da 64ª AGNU	24/09/2009	Nova York, Estados Unidos	Desenvolvimento; Energia; Crise Econômica; Mudanças Climáticas;		< http://www.brics.utoronto.ca/docs/099924-foreign.html >
Reunião de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais em coordenação prévia ao encontro dos homólogos do G-20	04/09/2009	Londres, Reino Unido	Economia Mundial; Responsabilidade de políticas fiscais e monetárias; Cooperação; Reforma das instituições financeiras;	Declaração Conjunta	< http://www.brazil.org.uk/press/articles_files/20090904.html >
I Cúpula do BRIC	16/06/2009	Ecaterimburgo, Rússia	Reforma Econômica; Desenvolvimento; Segurança Alimentar etc;	Declaração Conjunta e Declaração sobre Segurança Alimentar	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/090616-leaders.html >
Reunião de Altos Funcionários	28-	Moscou,			

Responsáveis por Temas de Segurança	30/05/2009	Rússia			
II Encontro de Ministros das Finanças do Grupo BRIC	13/03/2009	Horsham, Inglaterra	Importância do G20; Crítica ao protecionismo; Reforma do FMI;	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/090314-finance.html >
I Encontro de Ministros de Finanças do Grupo BRIC	07/11/2008	São Paulo, Brasil	Desenvolvimento da Rodada Doha; Reforma de instituições multilaterais;	Declaração Conjunta	< http://www.brics.utoronto.ca/docs/081107-finance.html >
III Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 63ª AGNU	26/09/2008	Nova York, Estados Unidos	Agenda da 63ª AGNU; Crise Alimentar; Mudanças Climáticas;		< http://www.brics.utoronto.ca/docs/080925-foreign.html >
Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo BRIC por ocasião da Cúpula do G-8	09/07/2008	Hokkaido, Japão			
I Reunião Ministerial do	15-	Ecaterimbur	Cooperação para líder com o terrorismo; Defesa do	Declaração	< http://www.bricsindia.in/foreign >

Grupo BRIC	16/05/2008	go, Rússia	multilateralis mo; Segurança energética; Cooperação Sul-Sul;	Conjunta	.html>
I Reunião de Vice-Ministros do Grupo BRIC	10- 11/03/2008	Rio de Janeiro, Brasil			
II Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 62ª AGNU	24/09/2007	Nova York, Estados Unidos	Economia; Comércio; Energia; Meio- Ambiente;	Decisões sobre periodicidade de encontros	
I Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 61ª AGNU	21/09/2006	Nova York, Estados Unidos			

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

¹ Em 2006, ocorre o primeiro encontro, ainda informal, dos ministros de Relações Exteriores dos países BRICS às margens do debate anual da Assembleia Geral da ONU. Foram realizados outros encontros entre os chanceleres até 2009, quando ocorreu a primeira cúpula de chefes de Estado do BRIC. Cronologia dos BRICS disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010/view>.

² Já ocorreram quatro cúpulas de chefes de Estado dos países BRICS (Ecaterimburgo, 2009; Brasília, 2010; Sanya, 2011; Nova Délhi, 2012) e, em 2013, está prevista a quinta cúpula na África do Sul. Além disso, já ocorreram encontros dos BRICS entre os representantes dos BRICS das mais diversas áreas, como finanças, agricultura, saúde, comércio e relações exteriores. Para todos os encontros dos BRICS já ocorridos, vide: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010/view>.

³ A inclusão da África do Sul no BRICS é analisada no BRICS Monitor “**A inclusão da África do Sul no BRICS: uma perspectiva política**”, em que se argumenta que a entrada do país no bloco representa um dos aspectos da institucionalização política do BRICS. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2136/doc/263518169.pdf>.

⁴ REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: Surgimento e Evolução. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO (org.). **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 31-47. (p.33)

⁵ DECLARAÇÃO DE SANYA (2011). Declaração emitida por ocasião da III Cúpula dos Países BRICS. **Ministério de Relações Exteriores do Brasil (site)**, 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>. Acesso em: 22 jun 2012.

⁶ DECLARAÇÃO CONJUNTA II CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO/GOVERNO DO BRIC (2010). Declaração emitida por ocasião da II Cúpula dos Países BRIC. **Ministério de Relações Exteriores do Brasil (site)**, 2010. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitados-pelos-chefes-de-estado-e-de-comunicado-ii-cupula-bric/at_download/file. Acesso em: 06 jul 2012.

⁷ REIS, Maria Edileuza Fontenele, Op. Cit., p. 40-41.

⁸ DECLARAÇÃO DE NOVA DÉLHI (2012). Declaração emitida por ocasião da IV Cúpula dos Países BRICS. **Ministério de Relações Exteriores do Brasil (site)**, 2012. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/quarta-cupula-dos-brics-nova-delhi-29-de-marco-de-2012-parceria-dos-brics-para-a-estabilidade-seguranca-e-prosperidade-declaracao-de-nova-delhi>. Acesso em: 22 jun 2012.

⁹ DECLARAÇÃO DE TSHWANE (2011). Declaração emitida por ocasião da V Cúpula do Fórum IBAS. **Ministério de Relações Exteriores (site)**, 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas-2013-18-de-outubro-de-2011-declaracao-de-tshwane>. Acesso em: 22 jun 2012.

¹⁰ A atuação dos BRICS no contexto das Revoltas do Oriente Médio e no Norte da África é analisada, detalhadamente, no Policy Brief “**Os BRICS e as Revoltas no Oriente Médio e no Norte da África**”, disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2546/doc/1441898400.pdf>. A maioria das reflexões e informações presentes aqui são parte do trabalho anterior.

¹¹ Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/268/39/PDF/N1126839.pdf?OpenElement> Acesso em: 13 ago 2012.

¹² Para uma análise mais detalhada sobre os vetos de Rússia e China e as abstenções de

Brasil, Índia e África do Sul à proposta de resolução do CSNU em outubro de 2011, ver Policy Brief “**Os BRICS na Votação do Projeto Europeu de Resolução do Conselho de Segurança sobre a Síria.**” Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/881/doc/374984794.pdf>>.

¹³ PRESS RELEASE: BRICS FOREIGN MINISTERS' MEETING (2011). Nota à imprensa emitida por ocasião da reunião dos chanceleres dos BRICS à margem da abertura da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU. **BRICS Information Centre website**, set 2011. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/110923-foreign.html>>. Acesso em: 22 jun 2012.

¹⁴ Um dos pontos centrais no posicionamento dos países BRICS em relação às revoltas nessas regiões diz respeito ao questionamento voltado a noção de “responsabilidade de proteger”. O esforço brasileiro em direção à noção de “responsabilidade ao proteger” se insere nesse contexto.

¹⁵ A atuação dos BRICS no contexto da abertura da 66ª Sessão da Assembleia Geral da ONU é analisada no BRICS Monitors “**Os BRICS na 66ª Reunião da AGNU**”. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/570/doc/777139820.pdf>>. A maioria das reflexões e informações presentes aqui são parte do trabalho anterior.

¹⁶ O posicionamento dos BRICS na questão palestina é analisada no BRICS Monitor “**Posição dos BRICS diante da questão da Palestina**”. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2409/doc/538452452.pdf>>.

¹⁷ PRESS RELEASE: BRICS FOREIGN MINISTERS' MEETING (2011). Nota à imprensa emitida por ocasião da reunião dos chanceleres dos BRICS à margem da abertura da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU. **BRICS Information Centre website**, set 2011. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/110923-foreign.html>>. Acesso em: 22 jun 2012. (O itálico foi adicionado ao original)

¹⁸ JOINT COMMUNIQUÉ ON THE OUTCOME OF THE MEETING OF BRICS DEPUTY FOREIGN MINISTERS ON THE SITUATION IN THE MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA (2011). Comunicado conjunto emitido por ocasião do encontro dos ministros de Relações Exteriores dos BRICS. **BRICS Information Centre website**, nov 2011. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/111124-foreign.html>>. Acesso em: 22 jun 2012.

¹⁹ Para mais informações acerca da temática nuclear em relação aos países BRICS, ver a pesquisa elaborada pelo BRICS Policy Center, “BRICS e a Questão Nuclear”. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5225/doc/577578822.pdf>>. Acesso em: 29 ago 2012.

²⁰ Resolução S-16/1, Resolução S-17/1, Resolução S-18/1 e Resolução S-19/1 do Conselho de Direitos Humanos.

²¹ UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Human Rights Council decides to dispatch a commission of inquiry to investigate human rights violations in the Syrian Arab Republic. 23 ago 2011. **United Nations Human Rights website**. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11326&LangID=E>>. Acesso em: 03/09/2012.

²² MINUTO NOTÍCIAS. Resultado da UNCTAD marca nova correlação de poder. **Minuto Notícias website**. 16 mai 2012. Disponível em: <<http://minutonoticias.com.br/resultado-da-unctad-marca-nova-correlacao-de-poder>>. Acesso em: 15 jun 2012

²³ THE 2ND MEETING OF THE BRICS TRADE AND ECONOMIC MINISTERS: JOINT PRESS RELEASE (2012). Declaração emitida por ocasião de encontro de ministros de Comércio dos BRICS. **BRICS Information Centre website**. 28 mar 2012. Disponível em: <<http://www.brics.utoronto.ca/docs/120328-trade.html>>. Acesso em: 21 jun 2012.

²⁴ XIII UNCTAD. BRICS Trade Ministers' Statement: Puerto Vallarta, Mexico 19th April 2012. **XIII UNCTAD website**. 19 apr 2012. Disponível em:

<<http://unctadxi.org/en/Documents/BRICSTradeMinisters.pdf>>. Acesso em: 21 jun 2012.

²⁵ BLOG DO PLANALTO. No G20, Mantega afirma que Brics vão ampliar contribuições ao FMI. **Blog do Planalto website**. 18 jun 2012. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/index.php?s=brics&btn_sub.x=0&btn_sub.y=0>. Acesso em: 21 jun 2012.

²⁶ BLOG DO PLANALTO. Brics concordam em criar fundo comum de reservas internacionais, diz Mantega no G20. **Blog do Planalto website**. 18 jun 2012. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/index.php?s=brics&btn_sub.x=0&btn_sub.y=0>. Acesso em: 21 jun 2012.

²⁷ BLOG DO PLANALTO. Brics pedem mais investimento nos países em desenvolvimento. **Blog do Planalto website**. 18 jun 2012. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/index.php?s=brics&btn_sub.x=0&btn_sub.y=0>. Acesso em: 21 jun 2012.

²⁸ BRITO, Mariana. A Participação dos BRICS na Cop17. **BRICS Policy Center – BRICS Monitor Series**, março 2012. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/3595/doc/592752315.pdf>>. Acesso em: 22 jun 2012.

²⁹ XINHUA. China, Brazil key to reaching consensus. **China Daily**, 23 jun 2012. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2012wensitla/2012-06/23/content_15519312.htm>. Acesso em: 05 jul 2012.

³⁰ ITAMARATY. **Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China)**, 24 set 2007. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2007/09/24/reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-dos/?searchterm=bric%20meeting>>. Acesso em: 14 ago 2012.

³¹ Para uma consideração mais detalhada a respeito, ver DAMICO, Flávio S. BRICS: o novo “lugar” do conceito. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO (org). **O Brasil, os**

BRICS e a Agenda Internacional. Brasília, FUNAG, 2012, p.265-280. (p.272)

³² REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: Surgimento e Evolução. In: FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO (org.). **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 31-47. (p.38-43)